



MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES,
PORTOS E AVIAÇÃO CIVIL



Resultado

Informativo Parlamentar

Nº 06

Ano 2017

Período: 13 a 17 de março

SUMÁRIO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	3
Notícias.....	3
Plenário	3
COMISSÃO EXTERNA sobre a Fiscalização da Concessionária ECO 101 – BR 101/ES.....	4
COMISSÃO ESPECIAL sobre a PEC 159/2007, destinação de recursos da CIDE.....	4
Proposições apresentadas	5
Discursos proferidos.....	6

SENADO FEDERAL	10
Notícias.....	10
Plenário	10
COMISSÕES PERMANENTES	
Comissão de Infraestrutura	11
Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional	11
Comissão de Assuntos Econômicos	11
Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.....	12
Comissão de Educação, Cultura e Esporte	12
Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.....	12
Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.....	13
Comissão de desenvolvimento Regional e Turismo	13
Comissão de Assuntos Sociais	13
Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	14
Proposições apresentadas	14
Discursos proferidos.....	15

CONGRESSO NACIONAL	17
Notícias.....	17
Comissões Mistas	20

Comissão aprova permissão para município criar tributo para financiar transporte coletivo

Comissão especial aprovou nesta quarta-feira (15) proposta de emenda à Constituição que permite aos municípios e ao Distrito Federal instituir contribuição para custear o transporte público coletivo urbano, como ônibus e metrô. O tributo, que deverá ser criado por lei complementar local, incidirá sobre a venda a varejo de gasolina, etanol combustível e gás natural veicular. Ou seja, a contribuição entrará na cobrança do preço na bomba do posto de combustíveis.

Para instituir a contribuição, o município deverá ter serviço de transporte público criado e organizado por lei e em favor do usuário. Os recursos arrecadados com a cobrança devem ir para fundo específico.

[Leia a íntegra](#)

Adiada reunião de líderes para definir presidência das comissões permanentes

Foi adiada a reunião de líderes partidários para definir quais partidos ou blocos parlamentares vão presidir cada uma das 25 comissões permanentes da Câmara. A reunião ainda não foi remarcada. Para o líder do PT, deputado Carlos Zarattini (SP), o atraso no início das atividades das comissões faz parte de uma tática do governo federal para evitar que a Casa discuta outras matérias que não sejam as reformas defendidas pelo Palácio do Planalto.

O líder do DEM, deputado Efraim Filho (PB), no entanto, disse que o atraso na instalação das comissões não foi proposital. Segundo ele, há pequenas disputas entre os partidos por algumas comissões.

[Leia a íntegra](#)

SESSÃO ORDINÁRIA EM 14/03/2017 - TERÇA-FEIRA, ÀS 14h

ORDEM DO DIA

MATÉRIA SOBRE A MESA

07) [Recurso nº 188/2016](#) - Autor: Deputado Chico Alencar (PSOL/RJ) - Recorre ao Plenário, nos termos do art. 141, contra decisão do Presidente da Câmara dos Deputados no Requerimento nº 5.388/16, para que se atribua à Comissão de Direitos Humanos e Minorias a análise do mérito da matéria contida no PDC nº 118/2015.

ASPAR – MT: A Assessoria Parlamentar acompanha a tramitação da matéria.

Resultado: Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

08) [Recurso nº 189/2016](#) - Autor: Deputado Chico Alencar (PSOL/RJ) - Recorre ao Plenário, nos termos do art. 141, contra decisão do Presidente da Câmara dos Deputados no Requerimento nº 5.389/2016, para que se atribua à Comissão de Direitos Humanos e Minorias a análise do mérito da matéria contida no PDC nº 119/2015.

ASPAR – MT: A Assessoria Parlamentar acompanha a tramitação da matéria.

Resultado: Matéria não apreciada em face do encerramento da Sessão.

URGÊNCIA

(Art. 151, I, "j", do Regimento Interno)

Discussão

08) [Projeto de Decreto Legislativo nº 424-B-2016](#) – Autor: Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional - Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 424-A, de 2016, que aprova o texto do Acordo sobre Transportes Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América, assinado em Brasília, em 19 de março de 2011; tendo parecer da Comissão de Viação e Transportes, pela aprovação (Relator: Dep. Edinho Bez); e da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa (Relator: Dep. Osmar Serraglio). (NT 62 e NT 64).

ASPAR – MT: A Assessoria Parlamentar acompanha a tramitação da matéria.

Resultado: Retirado de pauta, de ofício.

Comissão Externa

FISCALIZAÇÃO DA CONCESSIONÁRIA ECO 101 - BR 101/ES

Coordenador: Deputado Marcus Antônio Vicente (PP/ES)

Local: Anexo II, Plenário 15

REUNIÃO ORDINÁRIA EM 14/03/2017 – TERÇA-FEIRA, ÀS 14h30

A – Audiência Pública

Participante:

➤ Larissa Carolina Amorim dos Santos - diretora de Licenciamento Ambiental do IBAMA.

ASPAR – MT: A Assessoria Parlamentar acompanha a audiência pública.

Resultado: Audiência realizada. Na ocasião, a diretora Larissa dos Santos esclareceu alguns pontos referentes às obras da BR 101/ES, como a construção da balança de pesagem e as áreas de preservação ambiental, afirmando que a Licença de Instalação (LI) do Trecho Sul está em análise no IBAMA e algumas pendências estão sendo solucionadas. Participaram da audiência os deputados Paulo Foletto (PSB/ES), Sérgio Vidigal (PDT/ES), Evair Vieira de Melo (PV/ES), Helder Salomão (PT/ES). Foram questionados aspectos como o atraso das obras, o histórico de inundação na BR 101/ES e o atraso na concessão dos licenciamentos ambientais.

B – Reunião deliberativa:

01) [Requerimento nº 21/2017](#) – Autor: Deputado Sérgio Vidigal (PDT/ES) - "Requer a realização de Fórum de Debates a ocorrer no município da Serra, no Estado do Espírito Santo, visando discutir o desequilíbrio econômico-financeiro e problemas observados nas fiscalizações do Tribunal de Contas da União em contratos de concessão de rodovia, no contrato da BR- 101/ES".

ASPAR – MT: A Assessoria Parlamentar acompanha a tramitação da matéria.

Resultado: Aprovado. A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) constam entre os convidados da audiência pública, cuja data ainda não foi definida.

Comissão Especial

PEC 159/2007, DESTINAÇÃO DE RECURSOS DA CIDE

Presidente: Deputado André Fufuca (PEN/MA)

Local: A definir

REUNIÃO ORDINÁRIA EM 15/03/2017 – QUARTA-FEIRA, ÀS 14h

Finalidade: Discussão e votação do parecer do relator, deputado Mário Negromonte Jr (PP/BA), à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 159/2007, que altera a redação do § 4º do art.177 da Constituição Federal, destinando recursos da Cide-combustíveis para o financiamento de projetos de mitigação dos impactos socioambientais negativos decorrentes da produção de biocombustíveis.

ASPAR – MT: A Assessoria Parlamentar acompanha a tramitação da matéria.

Resultado: Reunião realizada. O parecer apresentado pelo deputado Mário Negromonte Júnior (PP/BA) foi aprovado na forma do substitutivo. A matéria segue para deliberação do Plenário da Câmara dos Deputados. Estiveram presentes na reunião os deputados Edmilson Rodrigues (PSOL/PA), Nilto Tatto (PT/SP), Alexandre Baldy (PTN/GO), Assis do Couto (PDT/PR) e Mauro Lopes (PMDB/MG). O deputado Edmilson Rodrigues havia sugerido ao relator a inclusão, no parecer, da obrigatoriedade de apresentação de um plano concreto pelas empresas com a redução tarifária, em contrapartida ao subsídio recebido. Essa sugestão, no entanto, não foi acatada. Em relação à mitigação dos impactos ambientais, o relator afirmou que já são contemplados na CIDE.

PROPOSIÇÕES APRESENTADAS

Projetos de Lei

[PL 7092/2017](#) - Autor: Deputado Vitor Valim - PMDB/CE - 14/03/17 - Altera a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previstos no art. 175 da Constituição Federal para proibir cobrança antecipada de tarifa.

[PL 7109/2017](#) - Autora: Deputada Jéssica Sales - PMDB/AC - 15/03/17 - Autoriza o Poder Executivo a transferir a titularidade de bens imóveis de propriedade da União para os municípios.

[PL 7123/2017](#) - Autor: Deputado Lindomar Garçon (PRB/RO) - 15/03/2017 - Altera o art. 148-A da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para restringir o exame toxicológico aos motoristas profissionais em exercício de atividade remunerada.

[PL 7130/2017](#) - Autor: Deputado Alexandre Leite (DEM/SP) - 15/03/2017 - Altera a Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, para dispor sobre a reserva de assentos na aquisição de passagens aéreas.

Projetos de Decreto Legislativo

[PDC 594/2017](#) - Autor: Deputado Moses Rodrigues (PMDB/CE) - 14/03/2017 - Susta a aplicação do art. 5º, inciso IV, e da Seção V do Capítulo I da Resolução nº 400, de 13 de dezembro de 2016, da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC.

[PDC 596/2017](#) - Autor: Deputado Sabino Castelo Branco (PTB/AM) - 14/03/2017 - Sustar o art. 13 da Resolução nº 400, de 13 de dezembro de 2016, da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC), que dispõe sobre as Condições Gerais de Transporte.

[PDC 597/2017](#) - Autor: Deputado Arnaldo Jordy (PPS/PA) - 15/03/2017 - Susta o inciso IV do Art. 45 da Resolução nº 400, de 13 de dezembro de 2016, da Agência Nacional de Aviação Civil, que revogou a Resolução n.º 138, de 9 de março de 2010.

Requerimentos

[REQ 19/2017 CEXTRANE](#) - Autor: Deputado Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE) - 16/03/2017 - Requer a realização de Audiência Pública para discutir o aporte de recursos na obra da Ferrovia Nova Transnordestina provenientes do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE), gerido pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

[REQ 20/2017 CEXTRANE](#) - Autor: Deputado Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE) - 16/03/2017 - Requer a realização de Audiência Pública para discutir e avaliar o andamento da ferrovia Transnordestina com a participação do ministro dos Transportes, Mauricio Quintella Lessa.

[REQ 22/2017 CEXTRANE](#) - Autor: Deputado Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE) - 16/03/2017 - Requer a realização de Audiência Pública para discutir e avaliar o andamento das desapropriações da ferrovia Transnordestina pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.

[REQ 23/2017 CEXTRANE](#) - Autor: Deputado Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE) - 16/03/2017 - Requer a realização de Audiência Pública para discutir e avaliar a conformidade da execução contratual da concessão da ferrovia Transnordestina com a Agência Nacional de Transportes Terrestres.

[REQ 6100/2017 => PDC 578/2016](#) (Origem PDS 89/16 Senado Federal) - Autor: Deputado Marco Tebaldi - PSDB/SC - 15/03/17 - Solicita a redistribuição do Projeto de Decreto Legislativo nº 578/2016, para que a Comissão de Defesa do Consumidor seja incluída no rol das Comissões que devam se manifestar sobre o mérito da proposição.

[REQ 6114/2017](#) - Autor: Deputado Silas Câmara (PRB/AM) - 16/03/2017 - Solicito a retirada dos requerimentos de n. 2654/2017 a 2711/2017, no qual requer informações ao Ministro dos Transportes, Portos e Aviação Civil.

DISCURSOS PROFERIDOS



Deputado GONZAGA PATRIOTA (PSB, PE) - Exportação de garrafas de vidro fabricadas no Estado de Pernambuco para o México, pelo Porto de Suape.

[Leia o discurso](#)



Deputado MAURO PEREIRA (PMDB, RS) - Recuperação, pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes — DNIT, das condições de trafegabilidade de caminhões em trecho da BR-163 de ligação entre o Estado de Mato Grosso e o Município de Santarém, Estado do Pará.

[Leia o discurso](#)



Deputado ANDRÉ AMARAL (PMDB, PB) - Contentamento ante a suspensão da cobrança por despacho de bagagem pelas companhias aéreas. Pedido aos Deputados de posicionamento em favor dos usuários do transporte aéreo.

[Leia o discurso](#)



Deputado EDINHO BEZ (PMDB, SC - Pela ordem) – 14/03/17 - Agradecimentos ao Ministro dos Transportes, Portos e Aviação Civil, ao Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes — DNIT e ao Fórum Parlamentar Catarinense pela celeridade na pavimentação da BR-285.

[Leia o discurso](#)



Deputado PAULO FOLETTO (PSB, ES - Pela ordem) – 14/03/17 - Comprovação, pelo Tribunal de Contas da União — TCU, de atraso das obras de duplicação da BR-101 no Estado do Espírito Santo. Críticas ao posicionamento das agências reguladoras em favor dos interesses das empresas concessionárias, com prejuízo para a população brasileira.

[Leia o discurso](#)



Deputado SEVERINO NINHO (PSB, PE - Pela ordem) – 14/03/17 - Solicitação à Presidência de imediata inclusão na pauta de projeto de decreto legislativo sobre a sustação de resolução da Agência Nacional de Aviação Civil — ANAC acerca da autorização da cobrança pelo despacho de bagagem pelas empresas aéreas.

[Leia o discurso](#)



Deputado SILVIO TORRES (PSDB, SP - Pela ordem) – 14/03/17 - Importância da realização de leilão relativo à concessão de trechos de rodovias do Estado de São Paulo. Elogio à gestão do Governador paulista Geraldo Alckmin.

[Leia o discurso](#)



Deputado HERÁCLITO FORTES (PSB, PI - Pela ordem) – 14/03/17 - Consternação com o falecimento do médico e empresário Antônio Dib Tajra, em Teresina, Estado do Piauí. Solicitação à Câmara dos Deputados de aprovação de proposição sobre a proibição da cobrança pelo despacho de bagagem por empresas aéreas nacionais.

[Leia o discurso](#)



Deputado JOSÉ AIRTON CIRILO (PT, CE - Pela ordem) – 14/03/17 - Sr. Presidente, eu quero apenas registrar a importante reunião que nós tivemos com o Ministro dos Transportes, em que tratamos da conclusão da obra de ampliação do Aeroporto de Juazeiro do Norte, um dos maiores em crescimento no País; da dragagem do Porto do Mucuripe, uma importante obra para a atracagem de navios transatlânticos; e da BR-437, Estrada do Cajueiro, que liga Jucuri a Tabuleiro do Norte. Por isso, esta audiência com o Ministro dos Transportes foi de grande importância. Muito obrigado.



Deputado ROBERTO ALVES (PRB, SP) – 14/03/17 - Transcurso do Dia do Consumidor. Defesa de apreciação do Projeto de Decreto Legislativo nº 578, de 2016, relativo às condições gerais de transporte aéreo.

[Leia o discurso](#)



Deputado HERÁCLITO FORTES (PSB-PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – 15/03/17 - Sr. Presidente, a minha palavra pode ser até repetitiva, mas é necessária. Eu quero chamar a atenção dos companheiros para que nós façamos aqui um movimento contra essa ideia maluca de o brasileiro pagar por quilo de bagagem na passagem aérea.

[Leia o discurso](#)



Deputado LUCIO MOSQUINI (PMDB-RO. Sem revisão do orador.) – 15/03/17 - Sr. Presidente, quero mais uma vez aqui falar sobre a recuperação da BR-364, no Estado de Rondônia, principalmente no trecho de Vilhena até a ponte do Abunã.

[Leia o discurso](#)



Deputado VICTOR MENDES (PSD-MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – 15/03/17 - Sr.Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria de registrar que hoje, dia 15 de março, é o Dia Internacional do Consumidor. E, nada mais oportuno nesta data que tocar no assunto tão polêmico que foi a Resolução nº 400, da ANAC, que, dentre outros, trouxe a cobrança ao consumidor brasileiro, ao cidadão brasileiro, de uma taxa extra por mala despachada.

[Leia o discurso](#)



Deputado RONALDO BENEDET (PMDB-SC. Sem revisão do orador.) – 15/03/17 - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, gostaria de encaminhar como lido meu discurso de insatisfação com a audiência pública feita com a ANTT, uma vez que não concordamos com que a praça de pedágio, que vai fazer a manutenção do trecho da BR-101, no Estado do Rio Grande do Sul, seja instalada a 7 quilômetros da fronteira do Rio Grande do Sul com Santa Catarina.

[Leia o discurso](#)



Deputado ANGELIM (PT-AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – 15/03/17 - Sr.Presidente, hoje se comemora o Dia do Consumidor, mas o Governo vai à Justiça contra ele. Semana passada, fiz três pronunciamentos aqui contra a resolução da ANAC que cobra por bagagem despachada. Um juiz federal deu uma liminar sustando essa resolução. Sabe quem entrou na Justiça para ressuscitar essa resolução?

[Leia o discurso](#)



Deputado VINICIUS CARVALHO (PRB-SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) – 15/03/17 - Obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, não poderíamos deixar de mencionar que hoje, dia 15 de março, é o Dia Mundial do Consumidor. Na condição de advogado especialista em Direito do consumidor e, nesses dois mandatos nossos, de membro titular da Comissão de Defesa do Consumidor, não poderia deixar de engrandecer este dia, este momento.

[Leia o discurso](#)



O SR. JORGE SOLLA (PT-BA. Sem revisão do orador.) – 15/03/17 - Sr. Presidente, quero propor que tentemos colocar na pauta, senão hoje, o mais rápido possível, o PLC que derruba a decisão da ANAC de cobrança das bagagens. Foi aprovado pelo Senado, já está aqui na Mesa, já era para ter sido votado na semana passada, e não foi possível.

[Leia o discurso](#)



Deputado CELSO PANSERA (PMDB-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – 15/03/17 - Recentemente, foi aprovada uma norma pela ANAC que autoriza as empresas aéreas a cobrar por bagagem despachada. É impressionante como essas agências são rápidas e eficientes para tomar uma decisão contra o consumidor brasileiro.

[Leia o discurso](#)



Deputado SILAS CÂMARA (PRB, AM) – 16/03/17 - Pedido ao Governo Federal de início das obras de recuperação da rodovia BR-230, entre os Municípios de Apuí e Humaitá, Estado do Amazonas.



Deputado BENITO GAMA (Bloco/PTB, BA - Pela ordem) – 16/03/17 - Críticas à autorização, por parte da Agência Nacional de Aviação Civil — ANAC, de cobrança adicional por despacho de bagagens no transporte aéreo, em face da ausência de concorrência no mercado em função do número limitado de companhias aéreas.

[Leia o discurso](#)



Deputado RAIMUNDO GOMES DE MATOS (PSDB-CE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – 16/03/17 - Hoje, o Ceará vive uma nova alegria. Lá em São Paulo, agora pela manhã e no início da tarde, a BOVESPA oficializou a retomada da credibilidade do nosso País com a concretização dos leilões de vários aeroportos — o leilão do Aeroporto Pinto Martins, o leilão do aeroporto de Salvador, o leilão do aeroporto de Florianópolis, o leilão do aeroporto de Porto Alegre. Isso resgata a credibilidade do nosso País. Um grupo da Alemanha garantiu esse investimento para o nosso aeroporto, por meio de toda a normatização feita pela ANAC, de 425 milhões de reais.



Deputado HERÁCLITO FORTES (PSB-PI. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – 16/03/17 - Sr. Presidente, vou fazer três registros, todos eles sobre o campo aéreo, digamos assim. Primeiro, parabenizo o Governo Federal pela grande vitória que obteve hoje na privatização dos aeroportos, ao Ministro Moreira Franco, que coordenou o processo e ao Brasil. Brasil.

[Leia o discurso](#)



Deputado RENATO ANDRADE (Bloco/PP-MG. Pela ordem. Sem revisão do orador) – 16/03/17 - Mas hoje, Sr. Presidente, uso a tribuna para falar da nossa tão sonhada rodovia BR-146, que liga Passos a Bom Jesus da Penha, Guaxupé e a todo o sul de Minas. Quando estive aqui em 2013, muito trabalhei para a conclusão dessa rodovia. Fui muito criticado, tivemos várias barreiras e sofremos várias críticas por lutar por esse trecho tão importante para o sul de Minas com o Triângulo Mineiro. Mas hoje, para a nossa alegria, depois de muita luta e muitos desafios superados, nós conseguimos chegar à conclusão da BR-146 nesse trecho. Quero aqui, de maneira especial, agradecer o DNIT, na pessoa do Diretor Dr. Valter Casimiro, que sempre nos recebeu de uma forma muito cordial e muito positiva ajudando a superarmos as barreiras. Quero agradecer também o Sr. Fabiano Cunha, Superintendente do DNIT em Minas Gerais, que também trabalhou para que a nossa tão sonhada BR-146 chegasse aonde chegou hoje, dia 16 de março, faltando pouco mais de 300 metros para ser concluída. Tenho certeza de que a BR-146, no trecho da minha cidade de Passos, ou Jesus da Penha, é o principal canal de ligação da futura ligação do sul de Minas Gerais com o Triângulo Mineiro. Ou seja, duas importantes regiões do nosso Estado. Esperamos que os próximos trechos, São João Batista do Glória, Delfinópolis, Sacramento, em breve, tenham os seus projetos retomados para que também sejam concluídos, passando perto da nossa querida Serra da Canastra. Sr. Presidente, solicito que V.Exa. autorize a publicação do meu discurso sobre a BR-146 no programa *A Voz do Brasil* porque é um fato marcante, vai mudar a região do sul de Minas e, sem dúvida nenhuma, facilitará a vida dos produtores rurais, dos moradores daquela região e trazer desenvolvimento, emprego e renda para o nosso povo. Muito obrigado.



Notícias

Flexa Ribeiro pede recuperação das rodovias paraenses

Em discurso nesta quarta-feira (15), o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) chamou atenção para a precariedade das rodovias federais em seu estado, que, segundo ele, têm importância estratégica para o escoamento da produção agrícola no Centro-Oeste.

O senador repercutiu notícias sobre os atoleiros da BR-163, impedindo o tráfego de cargas e pessoas, e cobrou providências para concluir a pavimentação do trecho entre a cidade de Santarém e a divisa com Mato Grosso. Com essas obras, segundo Flexa, o presidente Michel Temer terá a oportunidade de dar uma resposta à contribuição do Pará ao desenvolvimento do Brasil.

— É morte anunciada. Então, não há por que dizer: "Ah! Fomos pegos de surpresa!". Não, não! Nós sabemos que isso vai acontecer, e se essas obras não forem aceleradas, nós vamos ter o mesmo problema ano que vem. Deus queira que não! — afirmou.

Fonte: Agência Senado.

Senadores pedem asfaltamento de rodovias que escoam produção agrícola

A situação das estradas que ligam as regiões produtoras de grãos aos portos preocupa os senadores. Uma das mais castigadas é a BR-163 entre Cuiabá, capital de Mato Grosso, até o porto de Santarém, no Pará, na margem direita do Rio Amazonas. Cerca de 500 quilômetros desse trecho não estão asfaltados e as carretas carregadas de grãos e insumos atolam em muitos pontos. Os atoleiros causam prejuízos e ameaçam piorar a crise econômica, uma vez que o setor agrícola é um dos que mais resiste à recessão. A reportagem é de Roberto Fragoso, da [Rádio Senado](#).

Plenário

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA EM 14/03/2017 – TERÇA-FEIRA, ÀS 14h

ORDEM DO DIA

(Votação, em primeiro turno)

03) [Proposta de Emenda à Constituição nº 111/2015](#) - Autor: Senador Renan Calheiros (PMDB/AL) e outros - Altera o art. 62, § 1º, da Constituição Federal, que dispõe sobre as vedações à edição de medidas provisórias (veda edição de MP que gerem desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos).

Parecer sob nº 11, de 2017, de Plenário, em substituição à CCJ, Relator Senador Romero Jucá (PMDB/RR), favorável, nos termos da Emenda nº 2-Plen (Substitutivo).

[Avulso do parecer](#)

ASPAR – MT: Encaminhado à Presidência da República, em 22 de outubro de 2015, com parecer da ANTT favorável a matéria.

Resultado 13/03/2017- Encerrada a discussão.

15/03/2017 - Matéria não apreciada

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Presidente: Senador Eduardo Braga (PMDB/AM)

Local: Plenário 13 – Ala Senador Alexandre Costa

REUNIÃO ORDINÁRIA EM 15/03/2017 - QUARTA-FEIRA, ÀS 09h45

1ª PARTE INSTALAÇÃO E ELEIÇÃO

Assunto/Finalidade: Instalação dos trabalhos e eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão para o biênio 2017-2018.

ASPAR – MT: A Assessoria Parlamentar acompanha a reunião.

Resultado: Foram eleitos Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura os Senadores Eduardo Braga (PMDB/AM) e Acir Gurgacz,(PDT/RO) respectivamente, para o biênio 2017-2018.

**2ª PARTE DELIBERATIVA
EXTRAPAUTA**

01) Requerimento da Comissão de Infraestrutura nº 01/2017 - Autor: Senador Acir Gurgacz (PDT/RO) - Realização de ciclo de palestras e debates sobre a expansão da infraestrutura como alavanca para a retomada do crescimento econômico e o desenvolvimento sustentável do país.

ASPAR – MT: A Assessoria Parlamentar acompanha a tramitação da matéria.

Resultado: Aprovado.

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Presidente: Senador Fernando Collor (PTC/AL)

Local: Plenário 7 – Ala Senador Alexandre Costa

REUNIÃO ORDINÁRIA EM 14/03/2017 - TERÇA-FEIRA, ÀS 09h30

INSTALAÇÃO E ELEIÇÃO

Assunto/Finalidade: Instalação e eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional para o Biênio 2017/2018, conforme art. 88 do Regimento Interno do Senado Federal.

ASPAR – MT: A Assessoria Parlamentar acompanha a reunião.

Resultado: Fica eleito Presidente o Senador Fernando Collor (PTC/AL) e Vice-Presidente o Senador Jorge Viana (PT/AC).

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS – CAE

Presidente: Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE)

Local: Plenário 19 – Ala Senador Alexandre Costa

REUNIÃO ORDINÁRIA EM 14/03/2017 - TERÇA-FEIRA, ÀS 10h

INSTALAÇÃO E ELEIÇÃO

Assunto/Finalidade: Instalação dos trabalhos e eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos para o biênio 2017/2018.

Observações: Reunião convocada, nos termos do § 3º do art 88 do RISF, pelo senador Raimundo Lira (PMDB/PB).

ASPAR – MT: A Assessoria Parlamentar acompanha a reunião.

Resultado: Foram eleitos Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, respectivamente, os Senadores Tasso Jereissati (PSDB/CE) e Garibaldi Alves Filho (PMDB/RN).

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Presidente: Senadora Regina Sousa (PT/PI)

Local: Plenário 2 – Ala Senador Nilo Coelho

REUNIÃO ORDINÁRIA EM 14/03/2017 - TERÇA-FEIRA, ÀS 11h

1º PARTE

INSTALAÇÃO E ELEIÇÃO

Assunto/Finalidade: Instalação dos trabalhos e eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para o biênio 2017/2018.

ASPAR – MT: A Assessoria Parlamentar acompanha a reunião.

Resultado: Instalada a Comissão, foram eleitos por aclamação a Senadora Regina Sousa (PT/PI) e o Senador Paulo Paim (PT/RS) para Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para o biênio 2017-2018, respectivamente.

**2º PARTE DELIBERATIVA
EXTRAPAUTA**

04) Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 04/2017 - Autor: Senador Paulo Paim (PT/RS) - Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de um Ciclo de Debates, nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater “A situação do Setor Rodoviário.”

ASPAR – MT: A Assessoria Parlamentar acompanha a tramitação da matéria

Resultado: Aprovado.

06) Requerimento da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa nº 06/2017 - Autor: Senador Paulo Paim (PT/RS) - Requer, nos termos do art. 90, inciso XIII, combinado com o art. 142 ambos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligências em todos os Estados da Federação, para debater “A situação do Setor Rodoviário”

ASPAR – MT: A Assessoria Parlamentar acompanha a tramitação da matéria

Resultado: Aprovado.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE – CE

Presidente: Senadora Lúcia Vânia (PSB/GO)

Local: Plenário 15 – Ala Senador Alexandre Costa

REUNIÃO ORDINÁRIA EM 14/03/2017 - TERÇA-FEIRA, ÀS 11h30

INSTALAÇÃO E ELEIÇÃO

Assunto/Finalidade: Instalação dos trabalhos e eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte para o biênio 2017/2018. Observações: Reunião convocada, nos termos do §3º, do Art. 88, do Regimento Interno do Senado Federal, pelo Senador Pedro Chaves (PSC/MS).

ASPAR – MT: A Assessoria Parlamentar acompanha a reunião.

Resultado: Eleitos por aclamação a Senadora Lúcia Vânia (PSB/GO), Presidente, e o Senador Pedro Chaves (PSC/MS), Vice-Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Presidente: Senador Ivo Cassol (PP/RO)

Local: Plenário 13 – Ala Senador Alexandre Costa

REUNIÃO ORDINÁRIA EM 14/03/2017 - TERÇA-FEIRA, ÀS 14h30

INSTALAÇÃO E ELEIÇÃO

Assunto/Finalidade: Instalação e Eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária - CRA, para o Biênio 2017/2018, nos termos do artigo 88 do Regimento Interno do Senado Federal - RISF.

ASPAR – MT: A Assessoria Parlamentar acompanha a reunião.

Resultado: Instalada a Comissão, foram eleitos Presidente o Senador Ivo Cassol (PP/RO) e Vice-Presidente o Senador Valdir Raupp (PMDB/RO) por aclamação.

COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Presidente: Senador Otto Alencar (PSD/BA)
Local: Plenário 07 – Ala Senador Alexandre Costa

REUNIÃO ORDINÁRIA EM 15/03/2017 - QUARTA-FEIRA, ÀS 08h30

INSTALAÇÃO E ELEIÇÃO

Assunto/Finalidade: Instalação dos trabalhos e eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática para o biênio 2017/2018.

OBSERVAÇÕES: Reunião convocada, nos termos do § 3º do art. 88 do RISF, pelo senador Flexa Ribeiro (PSDB/PA).

ASPAR – MT: A Assessoria Parlamentar acompanha a reunião.

Resultado: Instalada a Comissão, foram eleitos, por aclamação, Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, para o biênio 2017/2018, o Senador Otto Alencar (PSD/BA) e o Senador Waldemir Moka (PMDB/MS), respectivamente.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Presidente: Senadora Fátima Bezerra (PT/RN)
Local: Plenário 07 – Ala Senador Alexandre Costa

REUNIÃO ORDINÁRIA EM 15/03/2017 - QUARTA-FEIRA, ÀS 09h30

INSTALAÇÃO E ELEIÇÃO

Assunto/Finalidade: Instalação dos trabalhos e eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo para o biênio 2017/2018.

ASPAR – MT: A Assessoria Parlamentar acompanha a reunião.

Resultado: Foram instalados os trabalhos, eleita presidente a Senadora Fátima Bezerra (PT/RN) e adiada a eleição de vice-presidente.

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Presidente: Senadora Marta Suplicy (PMDB/SP)
Local: Plenário 09 – Ala Senador Alexandre Costa

REUNIÃO ORDINÁRIA EM 15/03/2017 - QUARTA-FEIRA, ÀS 09h

INSTALAÇÃO E ELEIÇÃO

Assunto/Finalidade: Instalação dos trabalhos e eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Sociais para o biênio 2017/2018.

OBSERVAÇÕES: Reunião convocada pela Senadora Marta Suplicy (PMDB/SP) nos termos do § 3º do artigo 88 do Regimento Interno do Senado Federal.

ASPAR – MT: A Assessoria Parlamentar acompanha a reunião.

Resultado: Instalada a Comissão de Assuntos Sociais, foram eleitos, por aclamação, a Senadora Marta Suplicy (PMDB/SP) e o Senador Ronaldo Caiado (DEM/GO) para os cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, para o biênio 2017/2018.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Presidente: Senador Edison Lobão (PMDB/MA)

Local: Plenário 3 – Ala Senador Alexandre Costa

REUNIÃO ORDINÁRIA EM 15/03/2017 - QUARTA-FEIRA, ÀS 10h

02) [Projeto de Lei do Senado nº 401/2013](#) – Autor: Senador Aloysio Nunes (PSDB/SP) - Acrescenta o inciso V ao art. 40 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para estabelecer que a respectiva licença de instalação é anexo obrigatório do edital de licitação de empreendimento para o qual seja exigido licenciamento ambiental. - **TERMINATIVO**

Relator: Senador Antônio Anastasia (PSDB/MG).

Relatório: [Pela aprovação do Projeto, com uma emenda de redação que apresenta](#)

Observações: a matéria já foi apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle;

- Votação nominal

ASPAR – MT: VALEC favorável com sugestões. Encaminhado Ofício ao DNIT, em 21 de junho de 2016, por sugestão da Assessoria Socioambiental, pendente de resposta. Encaminhado novamente ao DNIT, em 13 de fevereiro de 2017.

Resultado: Adiado.

09) [Projeto de Lei do Senado nº 447/2012](#) – Autor: Senador Acir Gurgacz (PDT/RO) - Acrescenta dispositivo ao art. 8º da Lei de nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para vedar a suspensão ou o cancelamento da execução de obra pública nas condições que especifica.

Relatoria: Senador José Pimentel (PT/CE). - **TERMINATIVO**

Relatório: [Pela aprovação do Projeto.](#)

Observações: - Votação nominal.

ASPAR – MT: Encaminhado à Presidência da República, em 03 de junho de 2016, com parecer do DNIT contrário à matéria.

Resultado: Adiado.

16) [Projeto de Lei da Câmara nº 109/2011 \(PL 1508/2007, na origem\)](#) – Autor: Deputado Felipe Bornier (PROS/RJ) - Obriga a criação de unidade do PROCON nos aeroportos brasileiros, e dá outras providências. - **NÃO TERMINATIVO**

Relator: Senador Sérgio Petecão (PSD/AC).

Relatório: [Pela aprovação do Projeto.](#)

Observações: a matéria será apreciada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle em decisão terminativa.

ASPAR – MT: Encaminhado à Presidência da República, em 13 de fevereiro de 2017, com parecer da INFRAERO contrário à matéria.

Resultado: Adiado.

PROPOSIÇÕES APRESENTADAS

Mensagem do Senado Federal

[MSF 13/2017](#) – Autor: Presidente da República - Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o § 1º do art. 53 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, e art. 6º do Anexo I ao Decreto nº 4.122, de 13 de fevereiro de 2002, o nome do Senhor **FRANCISVAL DIAS MENDES, para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ.**

Requerimento da Comissão de Infraestrutura

[RQI 01/2017](#) - Autor: Senador Acir Gurgacz (PDT/RO) - Realização de ciclo de palestras e debates sobre a expansão da infraestrutura como alavanca para a retomada do crescimento econômico e o desenvolvimento sustentável do país.

Requerimentos da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

[RDH 04/2017](#) - Autor: Senador Paulo Paim (PT/RS) - Requer, com fundamento no disposto no art. 93, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de um Ciclo de Debates, nesta Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, para debater “A situação do Setor Rodoviário.”

[RDH 06/2017](#) - Autor: Senador Paulo Paim (PT/RS) - Requer, nos termos do art. 90, inciso XIII, combinado com o art. 142 ambos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de diligências em todos os Estados da Federação, para debater “A situação do Setor Rodoviário”

Requerimento da Comissão de Meio Ambiente Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle

[RMA 06/2017](#) - Autor: Senador Ataídes Oliveira (PSDB/TO) - Requeiro, nos termos do art. 58, da Constituição Federal e dos arts. 93, II e 102-A ambos do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com o objetivo de discutir a Resolução da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) que permite às companhias aéreas cobrar pelo despacho de bagagem dos passageiros.

DISCURSOS PROFERIDOS



Autor: Senador Humberto Costa - (PT/PE) – 14/03/2017 O Presidente da Câmara dos Deputados está igualmente de joelhos para o poder econômico. Eu apresentei um projeto de decreto legislativo que sustava os efeitos dessa decisão da Anac. O Senado o aprovou por unanimidade em regime de urgência, e, desde dezembro passado, ele aguarda entrar em votação no plenário da Câmara. Isso não acontece por decisão do Presidente Rodrigo Maia, que está fazendo o jogo de interesses das companhias aéreas e do Governo, que, por intermédio do Ministro dos Transportes, também pressiona para que não se vote essa resolução. Eu entendo que não entra exatamente porque nem o Governo e nem o Presidente da Câmara desejam que esse projeto seja votado. É lamentável que aquela Casa esteja refém da pressão do Planalto e das companhias aéreas e aja deliberadamente contra os consumidores.

[Leia o discurso](#)



Autor: Senadora Vanessa Grazziotin - (PCdoB/AM) – 14/03/2017 Eu quero, Srª Presidente, antes de abordar um assunto que me traz à tribuna, também fazer um registro a respeito da decisão tomada, ainda no dia de ontem, pelo Juiz Federal José Henrique Prescendo, que é o juiz titular da 22ª Vara Cível Federal do Estado de São Paulo e que decidiu, através de uma concessão liminar, sustar a norma da Agência Nacional da Aviação Civil (Anac), que determinava que, no dia de hoje, poderia iniciar a cobrança por parte das empresas aéreas brasileiras das bagagens despachadas, ou seja, desacompanhadas.

[Leia o discurso](#)



Autor: Senadora Ana Amélia - (PP/RS) – 14/03/2017 Então, seria para limitar, porque eu estava assustada com o valor cobrado das multas quando você remarca, de um dia para o outro, a passagem aérea. Eu acho que é injusto também, e isso não está sendo visto pela Anac. A Agência Nacional de Aviação Civil tinha também que olhar mais para o usuário e menos para o concessionário do transporte aéreo. O caso da bagagem está dentro desse contexto em relação ao equilíbrio entre um e outro lado. A agência reguladora, por isso tem esse nome, é reguladora das demandas, o equilíbrio entre as duas partes.

[Leia o discurso](#)



Autor: Senador Flexa Ribeiro - (PSDB/PA) – 15/03/2017 No caso dessa rodovia a que me refiro, na BR-163 faltam 170km para concluir a sua pavimentação. Estivemos agora em uma reunião com o **Ministro dos Transportes, Maurício Quintella**; com o Diretor Geral do DNIT, Valter Casimiro; com a participação do Deputado Joaquim Passarinho; da Deputada Júlia Marinho; do ex-Deputado Giovanni Queiroz; do Prefeito de Santana do Araguaia, Zé do Quinca; do Prefeito de Santa Maria das Barreiras, Mussum; do Vice-Prefeito de Redenção; de Vereadores desses Municípios e também de São Félix do Xingu; de representantes dos produtores, da Aprosoja, lá no sul do Estado, e do Presidente da Associação Comercial de Santarém.

[Leia o discurso](#)



Autor: Senador Wellington Fagundes - (PR/MT) – 15/03/2017 Senador Flexa, todo o Brasil acompanhou a crise que tivemos, aquela quase convulsão ali na BR-163, exatamente no trecho do Pará. Como V. Ex^a faz aqui as suas colocações, com muita propriedade, eu quero dizer e reforçar que realmente isso não é um problema do Pará: isso é uma solução para o Brasil. Por isso Mato Grosso tem trabalhado tanto na conclusão da nossa sonhada Cuiabá-Santarém. Como V. Ex^a coloca, isso vem lá do governo militar; vários governos passaram, prometeram, não conseguiram avançar. Felizmente, nós tivemos a assunção por parte do PR no Ministério do Transportes. Aquilo que era um sonho para Mato Grosso nós conseguimos concluir no Estado de Mato Grosso. Como V. Ex^a coloca, já temos inclusive um trecho de concessão para fazer a duplicação. E aí há uma preocupação. Agora há pouco, acabo também de sair de uma audiência com o **Ministro dos Transportes**, porque, para esse trecho da concessão, principalmente de Cuiabá a Rosário, em que a concessionária não está fazendo a manutenção adequada e hoje nos causa uma preocupação muito grande, estamos cobrando, por parte do Governo, uma atitude. Inclusive, provavelmente, esse trecho deverá ser devolvido ao DNIT.

[Leia o discurso](#)



Autor: Senador Flexa Ribeiro - (PSDB/PA) – 15/03/2017 Ainda há pouco fiz um pronunciamento me referindo exatamente à reunião que tivemos no Ministério dos Transportes, com o **Ministro Maurício Quintella**, com o Valter Casimiro, Diretor Geral do DNIT, a respeito daquilo que o Brasil, lamentavelmente, tomou conhecimento, através da mídia: o estado das rodovias federais no Pará. O Pará, como eu disse, é o caminho do escoamento da safra brasileira, que dá maior competitividade, porque diminui o custo do transporte, e, lamentavelmente, as estradas estão abandonadas, e o que aparece na imprensa é o lastimável cenário de milhares de carretas que não podem trafegar, muitas delas tombadas ou atoladas.

[Leia o discurso](#)



Autor: Senador Gladson Cameli - (PP/AC) – 16/03/2017 E quero aqui antecipar a todos os que nos assistem e ouvem que o **Ministro dos Transportes, Maurício Quintella**, ligou para mim ontem marcando uma audiência com toda a Bancada Federal para, de uma vez por todas, assinarmos o convênio da tão importante obra que é esse anel viário de Brasileira e Epitaciolândia, com a construção, sim, de uma segunda ponte de – se não me falha a memória – 220m², com mão dupla, para que realmente possamos ter um anel viário para poder tirar o tráfico pesado de carretas do meio dessas duas cidades.

[Leia o discurso](#)



Novos contratos de ferrovias devem prever direito de passagem de terceiros, sugerem debatedores

A renovação dos contratos das ferrovias e a concessão de novos ramais para a iniciativa privada devem prever o direito de passagem de terceiros. Essa é uma das sugestões de mudanças na MP das Concessões apresentada pelo setor produtivo nesta quinta-feira (16) durante audiência pública na comissão mista que analisa a proposta.

A [MP 752/2016](#) estabelece as regras para o governo federal prorrogar ou realizar novas licitações de rodovias, aeroportos e ferrovias. O governo decidiu editar a MP porque algumas concessionárias de projetos leiloados começaram a enfrentar dificuldades financeiras e não conseguiram cumprir dispositivos dos contratos.

Segundo os debatedores, o texto da MP enviada pelo Executivo não prevê adequadamente as condições de compartilhamento da malha ferroviária. Eles propõem a disponibilização de capacidade mínima de 30% de transporte para outros concessionários e outros operadores ferroviários independentes.

Os serviços de transporte ferroviário também devem seguir as regras de mercado e não manter caráter de exclusividade na avaliação de Luiz Henrique Baldez, Presidente da Associação Nacional dos Usuários de Transporte de Carga (ANUT) e representante da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

— Não podemos ter o conceito de dono da ferrovia. Ninguém é dono de ferrovia, mas dá a impressão que é. Como é que introduzo uma competição? Através de novos operadores. Será que o usuário não tem direito de escolher quem vai transportar o produto dele? — assinalou.

Debatedores também pediram a inclusão no texto da necessidade de a concessionária estar adimplente com suas obrigações contratuais para ter o direito à prorrogação do contrato.

Concessões recentes

A coordenadora de Economia da Confederação Nacional do Transporte (CNT), Priscila Santiago afirmou que o modelo de concessão de aeroportos, rodovias e ferrovias tem sido, em regra, positivo para os usuários. Dados da 20ª edição da Pesquisa CNT de Rodovias, revelam melhoria na avaliação das vias federais entre 2015 e 2016. Enquanto o percentual de ótimo ou bom avançou de um ano para o outro, as classificações como ruim ou péssimo recuaram.

Priscila Santiago disse que a MP é positiva pois traz segurança jurídica para o setor, mas não soluções para os investimentos de rodovias federais, cujos contratos foram assinados a partir de 2013. Ela pediu a aprovação de uma emenda que possibilite uma readequação dos contratos das rodovias de terceira etapa:

— Assim, aquelas que estiverem dispostas e estiverem comprometidas com o cumprimento dos contratos podem continuar fazendo esse trabalho. Do contrário, volta-se tudo, param os investimentos — disse.

Impactos

De acordo com Luiz Antônio Fayet, consultor de Infraestrutura da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), os problemas de infraestrutura acarretam perda de competitividade global da cadeia produtiva brasileira. Segundo ele, só o estado do Mato Grosso, maior produto de soja, perde cerca de US\$ 1,2 bilhões/ano por dificuldades logísticas.

Cabe ao relator da MP, deputado Sérgio Souza (PMDB-PR), incorporar ou não essas sugestões em seu parecer que será votado pelas duas casas do Congresso Nacional. Segundo

ele, ficou claro na audiência que todos querem um modelo de concessões com tarifas justas e serviço mais eficiente.

— Percebi que todos são a favor das concessões. Precisamos de menor custo e maior eficiência na prestação do serviço — frisou.

O presidente do colegiado, senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) avaliou que a MP com os ajustes do Congresso vai garantir a redução do custo Brasil:

— Eu espero que com essas audiências esta medida provisória sairá desta comissão pronta para ser votada nestas duas casas e o que mais rápido possível possa ser sancionada pelo presidente Michel Temer.

Fonte; Agência Senado

Subprocurador sugere mudanças na MP que prorrogou contratos no setor de transportes

O subprocurador geral da República José Elaeres Marques Teixeira defendeu alterações no texto da Medida Provisória (MP) 752/16, que prorrogou contratos de parceria no setor de transportes. O objetivo da medida, segundo o governo, é facilitar investimentos na infraestrutura do País.

Nesta quarta-feira (15), em audiência pública na comissão mista encarregada analisar a MP, Marques Teixeira explicou que o texto instituiu dois mecanismos de renegociação aplicáveis aos contratos no setor de infraestrutura: a relicitação, uma nova espécie de extinção de concessão amigável, e a prorrogação antecipada.

Esta última modalidade, advertiu, conta com previsão legal e vem sendo discutida entre os concessionários, mas constitui regra de exceção, devendo ser aplicada apenas em circunstâncias em que o interesse público recomenda.

Marques Teixeira avaliou que os requisitos para a prorrogação dos contratos merecem correção, pois estabelecem exigências e metas que fragilizam os contratos pactuados. Disse que a MP não prevê adequadamente as condições para o compartilhamento da malha ferroviária e para “problemas históricos” relacionados ao tráfego mútuo e ao direito de passagem.

Ele apontou ainda a inadequação de tetos tarifários e disse que a MP poderia estabelecer como requisito objetivo para a prorrogação a recuperação de trechos concedidos anteriormente e atualmente abandonados.

“É preciso que a MP seja explícita quanto à necessidade do princípio da vinculação ao instrumento convocatório, de forma a assegurar maior segurança jurídica a esses contratos. O Brasil necessita de novos investimentos em infraestrutura, a criação de ambiente de negócio saudável, mas requer atenção especial ao princípio da segurança jurídica”, afirmou.

Críticas

Representante do Tribunal de Contas da União (TCU), Uriel de Almeida Papa disse que é preciso respeitar as regras previstas nos contratos e contribuir para a segurança jurídica. Ele criticou, porém, o fato de o governo ter usado apenas os critérios de produção e segurança para conceituação do serviço adequado a ser prestado pelos concessionários.

“O texto da MP, ao definir serviço adequado, se contrapõe ao discurso do próprio governo de fortalecer as agências reguladoras”, afirmou.

Investimentos

Representante do Ministério dos Transportes, Anderson Moreno Luz disse que o governo, ao editar a MP, buscou a alternativa mais adequada para trazer novos investimentos ao País em um momento de crise.

“Os critérios foram discutidos dentro do governo, houve consenso de que seriam os melhores critérios possíveis e razoáveis, que possibilitariam a participação das concessionárias. São critérios objetivos. Quanto ao direito de passagem, o artigo 20 da MP possibilita a exclusividade do administrador da ferrovia. Em alguns casos, a ferrovia só se torna possível se for de administração exclusiva de quem realiza a obra”, afirmou.

Secretário do Programa de Parcerias e Investimentos (PPI) do governo federal, Adalberto Santos de Vasconcelos disse que a MP é um “avanço”. “O governo não está parado, tenta sair da crise e trazer investimentos para setores da economia nacional. O setor ferroviário tem condições de modificar a cara do País. O PPI vai ser um órgão de regulação na área, sem entrar nas prerrogativas dos ministérios e das agências reguladoras.”

Melhor saída

Representante da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Alexandre Porto frisou que a MP gera segurança jurídica, caso se decida pela prorrogação antecipada, além de critérios subjetivos.

Observou ainda que a medida define o escopo dos estudos técnicos que podem justificar a prorrogação. Segundo ele, a análise de impacto regulatório é a alternativa para encontrar a melhor saída regulatória.

Por sua vez, o representante da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários (ANTF) Fernando Paes, ressaltou que repactuar contratos com previsão de investimentos obrigatórios e modernizar contratos com questões regulatórias, como previsto na MP, não configura mudança de objeto. “A MP apenas moderniza questões que já haviam alteradas por meio de resoluções da ANTT.”

Nos últimos 20 anos, disse o representante da ANTF, o setor privado investiu mais de R\$ 50 bilhões em ferrovias de carga, e o índice de acidentes foi reduzido em mais de 82% nesse período.

“Tivemos aumento de mais de 140% na produtividade das ferrovias, aumento no número de locomotivas, vagões e material rodante de mais de 100%, o que reaqueceu a indústria ferroviária nacional, que se encontrava em via de falência há 20 anos”, disse.

Gargalos

Alexandre Porto disse ainda que o setor avaliou de maneira natural a prorrogação dos contratos, também prevista no arcabouço jurídico brasileiro, e reagiu de modo favorável à MP, por considerar que a proposição traz mais segurança jurídica e viabiliza novos investimentos no setor, que vão destravar gargalos logísticos.

O senador Wilder Morais (PP-GO) aplaudiu a iniciativa do governo federal e observou que Minas Gerais, Pará e Maranhão concentram as ferrovias mais movimentadas no transporte de grãos produzidos no interior do País.

Já o relator da MP, deputado Sérgio Souza (PMDB-PR) defendeu a redução dos custos de produção e ressaltou que a logística deficiente contribui de forma decisiva para encarecer os produtos no Brasil.

O relatório da MP, ao qual já foram apresentadas mais de 90 emendas, deve ser apresentado na comissão mista até o final de março.

Fonte: Agência Câmara

COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA 752/2016

Presidente: Senador Ataídes Oliveira (PSDB/TO).

Local: Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 7.

AUDIÊNCIA PÚBLICA EM 15/03/2017 – QUARTA-FEIRA, ÀS 14h

5ª Reunião para debater a Medida Provisória nº 752/2016, que dispõe sobre diretrizes gerais para a prorrogação e a relicitação dos contratos de parceria.

Vice-Presidente: Deputado Domingos Sávio (PSDB/MG);

Relator: Deputado Sérgio Souza (PMDB/PR);

Relator Revisor: Senador Wilder Moraes (PP/GO).

Observações: Transmissão ao vivo e participação popular em <http://senado.leg.br/ecidadania>.

Participantes:

Uriel de Almeida Papa

• Secretário de Fiscalização de Infraestrutura Portuária e Ferroviária do Tribunal de Contas da União - TCU

José Elaeres Marques Teixeira

• Subprocurador-Geral da República e Coordenador da 3ª Câmara de Coordenação e Revisão

Alexandre Porto Mendes de Souza

• **Superintendente de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas da ANTT**

Fernando Paes • Diretor Executivo da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários da ANTF

[Apresentação](#)

Anderson Moreno Luz • Coordenador-Geral da Secretaria de Fomento do Ministério de Estado dos Transportes, Portos e Aviação Civil

Adalberto Santos de Vasconcelos

• Secretário Especial do PPI da Secretaria-Geral da Presidência da República

ASPAR – MT: A Assessoria Parlamentar acompanha a audiência pública.

Resultado: Audiência Pública realizada.

COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA 752/2016

Presidente: Senador Ataídes Oliveira (PSDB/TO).

Local: Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6.

AUDIÊNCIA PÚBLICA EM 16/03/2017 – QUINTA-FEIRA, ÀS 09h

6ª Reunião para debater a Medida Provisória nº 752/2016, que dispõe sobre diretrizes gerais para a prorrogação e a relicitação dos contratos de parceria.

Vice-Presidente: Deputado Domingos Sávio (PSDB/MG);

Relator: Deputado Sérgio Souza (PMDB/PR);

Relator Revisor: Senador Wilder Moraes (PP/GO).

Participantes:

Luiz Antônio Fayet

• Consultor de Infraestrutura da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA

[Apresentação](#)

Nelson Costa

- Representante da Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB

[Apresentação](#)

José Felinto

- Presidente da Confederação Nacional dos Usuários de Transporte – CONUT

Luiz Henrique Baldez

- Presidente da Associação Nacional dos Usuários de Transporte de Carga - ANUT e representante da Confederação Nacional da Indústria – CNI

[Apresentação](#)

Priscila Santiago

- Coordenadora de Economia da Confederação Nacional do Transporte - CNT

[Apresentação](#)

ASPAR – MT: A Assessoria Parlamentar acompanha a audiência pública.

Resultado: Audiência Pública realizada.

COMISSÃO MISTA DA MEDIDA PROVISÓRIA 765/2016

Presidente: Deputado Hiram Gonçalves (PP/RR)

Local: Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário 06.

REUNIÃO EM 14/03/2017 - TERÇA-FEIRA, ÀS 14h30

INSTALAÇÃO E ELEIÇÃO

1ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 765/2016, que "altera a remuneração de servidores de ex-territórios e de servidores públicos federais; reorganiza cargos e carreiras, estabelece regras de incorporação de gratificação de desempenho a aposentadorias e pensões, e dá outras providências".

Assunto/Finalidade: Instalação da Comissão e eleição do presidente e do vice-presidente.

ASPAR – MT: A Assessoria Parlamentar acompanha a reunião.

Resultado: Instalada a Comissão, é eleito Presidente o Deputado Hiran Gonçalves, (PP/RR) e designados Relator e Relator-Revisor, respectivamente, o Senador Fernando Bezerra Coelho (PSB/PE) e o Deputado Covatti Filho.(PP/RS).
